

MARXISTAS E NEOCLASSICOS: UMA CONFRONTAÇÃO METODOLÓGICA

Manoel Luiz Malaguti *

EXPLICAÇÕES INICIAIS

A elaboração deste texto foi estimulada pela realização de uma palestra proferida no curso de nivelamento do Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba – Campus II, no 1.º semestre de 1987. Trata-se de uma transcrição não literal que pretende-se didática: minimizando, portanto, as imperfeições expositivas de uma palestra, assim como os desvios temáticos e a ela inerentes. Ainda neste sentido, procurou-se adequar o tratamento das questões às necessidades de um curso de graduação, evitando-se, assim, uma circulação e compreensão restritas à especialistas. Ainda aqui, pretendeu-se colaborar no preenchimento de uma lacuna nos estudos introdutórios de metodologia nas ciências econômicas.

A estrutura de nossa exposição parte das afirmações mais genéricas indo até suas implicações na política econômica. Com esta concepção expositiva, o leitor deverá ter uma certa dose de paciência e sempre esperar pelas páginas seguintes, para, só então, apreender em bases mais amplas, afirmações anteriores.

À medida que nos aproximamos do final do estudo, os exemplos tornam-se mais e mais freqüentes, ajudando a dar corpo à proposições cujo sentido era, até o momento, apenas teórico. Em outras palavras: a finalização do texto pretende exteriorizar algumas categorias, cuja existência, consistência e coerência situavam-se no seio da própria teoria, “transladando-as” da teoria para a prática.

É de praxe que em textos com esta estrutura de exposição, uma segunda leitura seja recomendada, como única forma de compreensão das categorias iniciais e, conseqüentemente, de suas implicações lógicas e políticas.

INTRODUÇÃO

O confronto metodológico, entre marxistas e neoclássicos tem uma dificuldade inicial que, em si, já implica um árduo trabalho prévio, qual seja o de *descobrir em que as duas correntes se contrapõem*: esta descoberta é o desnudamento da unidade contraditória necessária entre as duas principais vertentes do pensamento econômico contemporâneo.

Até hoje, temos visto várias exposições *paralelas* das respectivas metodologias e desconhecemos qualquer tentativa sistemática de demonstrar o que as une como *polos de um mesmo* conhecimento: a Teoria Econômica¹. Esta visão po-

(*) Professor de Mestrado em Economia da UFPb – Campina Grande

(1) O trabalho mais interessante que conhecemos e que se preocupa com a confrontação metodológica é o livro de Pierre Salamá “Sobre el Valor”. México, Era, 1978. Recomendamos, ainda, o livro de ROWTHORN, B., MARX, K. & SWEEZY, P. “Para uma Crítica da Economia Política”. Lisboa, Escorpião, s/d.

Rev. RAIZES	Campina Grande	Ano VI	Nº 6	33 a 47	Jan.86/mar.88
-------------	----------------	--------	------	---------	---------------

lar, que concebe a Economia e o conhecimento em geral como um todo indivisível (embora distinguível) é a única que nos permite colocar, lado a lado, neoclássicos e marxistas, mostrando o que, de uma certa forma, possuem de comum, embora por oposição.

Optamos por apresentar os pontos específicos do método marxista logo após a explanação sobre seu correspondente neoclássico: a unidade evidenciar-se-á e o acompanhamento do texto será facilitado.

Para finalizar, chamamos a atenção para a seqüência expositiva adotada: dividimos o texto em 3 partes. Na primeira ("O Método") tratamos de algumas questões mais genéricas do método; as grandes categorias são ali apresentadas. Na segunda ("O que é Abstração") retornamos algumas das grandes categorias com o objetivo básico de demonstrar a distinção entre o processo de abstração e o de formação de modelos explicativos. Na terceira e última parte ("Derivações e Exemplos") extraímos algumas conclusões teóricas e políticas do apresentado nas duas primeiras.

1 – O MÉTODO

De um modo muito simples, podemos dizer que ao tratarmos do *método* estamos preocupados com a apreensão das *formas sistemáticas e conscientes da apropriação da realidade*. A cada *forma* de compreensão (sistemática e consciente) do real corresponde uma essência, uma base, que a norteia e define. Esta essência é o que chamamos de *fundamento filosófico* do método.

Entendemos, então, que é apenas a partir da filosofia, ou da concepção de mundo sistematizada que se possui "à priori", que a questão do método pode ser compreendida sem a consideração de todos os "à priori", somente constata-se a existência de métodos distintos. Podemos compreender suas organizações lógicas e operacionalizações, mas nada saberemos sobre o "porquê" da existência de vários métodos e, muito menos, poderemos optar por um ou outro de forma não aleatória. Por conseguinte, faz-se necessário observar a origem das distinções metodológicas, assim como suas *implicações* prático-teóricas e políticas; às implicações prático-teóricas, no que elas têm de elaboração teórica propriamente dita, ou seja, sua lógica interna; às implicações políticas, no que dizem da relação da teoria com o meio – sua atuação sobre a realidade e dimensão objetiva, ou seja, sua *lógica externa*.

O Fundamento Filosófico

Resolvemos chamar o fundamento filosófico do método neoclássico de "Idealismo Funcionalista"². Quanto ao seu correspondente marxista, empregamos o conceito já consagrado de "Materialismo Dialético". No primeiro caso, forjamos uma categoria cujas determinações *totais* não conhecemos³, importan-

(2) Embora a concepção funcionalista seja essencialmente idealista, utilizamos os conceitos, em conjunto, para reforçar as características que individualmente possuem e que consideramos, aqui, mais relevantes.

(3) Admitimos que o conceito possa não ser o mais adequado, pois desconhecemos *todas* as alterações e redefinições que a simples junção de duas categorias possam provocar na terceira, agora forjada (ver nota 2).

do-nos apenas, com aquelas que sugerem a Teoria Neoclássica. No segundo caso, embora estejamos frente a uma categoria clássica, com todos seus determinantes teoricamente estabelecidos, também só destacaremos os relevantes para a exposição que nos propomos⁴.

Os neoclássicos buscam as bases de sua teoria no que chama-se de senso comum. Em linguagem apropriada e definida, diríamos que trabalham com a lógica do empírico. Os fenômenos ou a forma como as coisas aparecem, são seus senhores. Presos ao que parece ser, entendem-no como o ser propriamente dito. Se fossem conscientes do problema, assim se expressariam: "se isso parece ser, afirmo que é". Assim fazendo, as explicações se identificam com meras ordenações e sistematizações. Aqui a teoria deixa de ser descoberta e criação, pois inexiste uma diferença substancial entre a primeira observação da realidade e o resultado final do esforço teórico. Ao ato inicial segue-se outro de semelhante profundidade teórica, caracterizando a paralisia teórica e histórica em que se situa o neoclassicismo.

No âmbito das interpretações sociais, a lógica do empírico conduz, entre outras coisas, à negação da dinâmica social. As categorias que o (social) explicam são um *dado* desde o início. Em outras palavras: são categorias prontas, definitivas, ou seja, com todas as determinações consideradas relevantes já desenvolvidas e *compreensíveis*. Conseqüentemente, se as categorias não têm história, os objetos de estudo dos quais estas tratam também não podem tê-la⁵ (independentemente do posicionamento materialista ou idealista que adotemos). Se a sociedade pode ser explicada por categorias sem história, deverá ser, logicamente, a-histórica; o funcionalismo salta aos olhos, numa de suas principais características, qual seja, a da análise empiricista do funcionamento de uma totalidade estanque das demais, *surgindo do nada e sem porvir distinto do presente*.

Para o marxismo, ao contrário, o que prevalece é a *lógica da contradição entre essência e aparência*. A vida dos conceitos aparecem "antes" de forma diferenciada da de "agora", evoluindo de acordo com a relação que a cada momento se estabelece entre essência e aparência. Esta dinâmica teórica (veremos mais à frente que esta dinâmica não é apenas teórica) só é possível como expressão da dinâmica histórica; se a sociedade é dinâmica, apenas a lógica da contradição poderá apreendê-la.⁶ Entretanto, como poderia parecer, o marxismo não defen-

(4) Para um primeiro contato com o Materialismo Dialético, recomendamos: POLITZER, G. "Princípios de Filosofia". São Paulo, Hemus, 1970. Num segundo momento será muito útil a leitura de: GODELIER, M. "Funcionalismo, Estructuralismo y Marxismo" Barcelona, Anagrama, 1972.

(5) Para evitar confusão, deve ficar claro que, ao estudar-se um objeto, este não se altera pelo simples fato de ser observado, pesquisado. A transformação que ocorre entre o início e o final do processo de conhecimento dá-se na *subjetividade* do objeto, ou no grau de conhecimento que dele se tem. Se, a partir deste maior conhecimento, as utilizações externas do objeto se multiplicam, isto apenas implica na efetivação de potencialidades, na aplicação do já existente. É bem verdade que esta nova aplicação poderá provocar alterações na forma de expressão da objetividade do objeto de estudo, mas isto é outra questão, pois tratar-se-á, no limite, de uma coisa nova, sobre a qual um novo processo de conhecimento deverá incidir.

(6) "Isto não significa que categorias que antes serviam já não sirvam mais; significa, isso sim, que elas já se apresentam de forma ulteriormente especificadas, ligadas a um desenvolvimento ulterior daquelas 'mesmas' forças sociais que, para permanecerem e se con-

de nenhuma correspondência *direta e necessária* entre a evolução conceitual e a evolução da história. A direção da dinâmica de uma evolução pode se opor à de outra, e é possível até, que à seqüência lógica nenhuma seqüência histórica (na mesma direção ou não) seja observada, sendo a primeira uma *imposição do conhecimento*.⁷ De qualquer forma, a dinâmica da história só pode ser explicada por *uma dinâmica do conhecimento*, consubstanciando, ao nível da elaboração teórica, uma das leis fundamentais da dialética, qual seja, a que afirma a perenidade da dinâmica sob o impulso da luta dos contrários.

A Construção Teórica e o Objeto

Até agora valemo-nos dos conceitos de essência e aparência para demonstrar a inércia ou a dinâmica conceitual. No momento, entretanto, outros conceitos tornam-se imprescindíveis, seja para que mais à frente discutamos "o que é abstração", seja para caracterizarmos mais pormenorizadamente o que é uma *diferença substancial* entre a primeira observação da realidade e o resultado final do esforço teórico.

Primeiro tentaremos explicar o que entendemos como essência e aparência. Depois, e separadamente dos primeiros, os significados de abstrato e concreto. No entanto, nossas concepções somente serão clarificadas quando tratarmos, em conjunto, estes "pares conceituais".

A aparência de um objeto é o "ponto de partida" do que o pesquisador percebe e intui. Mas o que é ser, especificamente, ponto de partida? É ser, através de estímulos sensoriais (histórica e socialmente determinados) o "provocador" do interesse teórico.

Não podemos, no entanto, nos permitir a confusão entre o estímulo e a sua resultante. *O que estimula são determinadas características físicas ou sociais (imaginárias, ou não) do objeto, sendo a percepção e intuição o resultado*: a percepção e a intuição são reações psíquicas primárias do investidor frente a propriedades ativas do objeto.

É assim que podemos propor a classificação da aparência como conceito de duplo estatuto: um *subjetivo* (reação) e outro *objetivo* (ação). Deve ficar claro, porém, que trata-se de mera subdivisão formal, *só existindo "aparência" com duplo estatuto*: já que para toda reação corresponde uma ação, definindo-se uma apenas em relação à outra. Ressaltar-se-á um ou outro estatuto de acordo com o contexto analítico.

Como situamos nossa pesquisa no campo da "Teoria do Conhecimento", privilegiaremos a faceta subjetiva-reativa da aparência, ou conhecimento primário e espontâneo, apreendido sem que nenhum esforço de interpretação ou teorização tenha intervindo e sempre proporcionando um conhecimento incompleto

solidarem tiveram que mudar. Daí a necessidade de uma metodologia de 'conceitos móveis' elásticos', superando a 'fixação conceitual' e alcançando uma 'nova relação entre o relativo e o absoluto e (mais em geral) a nova historicidade, a relação de opostos na realidade objetiva, bem como no processo de conhecimento'. (GALVAN, C. G. "Subsunção Real e História da Tecnologia". In: Ensaio n. 15/16, 1986).

(7) Veja-se "O método da Economia Política". In: MARX, K. e outros, Op. cit. pp. 89-100

e falho:⁸ *um conhecimento do estatuto sensório.*

Quanto à realidade da aparência, convém sublinhar que, qualquer que seja o estatuto privilegiado, *esta nunca será teórica.*

A essência, por outro lado, é um conjunto de características que apenas são apreendidas através de um esforço de teorização, proporcionando pois, *conhecimento mediatizado.* Logo, a essência só existe na teoria, sendo sua realidade um fato teórico. Um exemplo interessante de realidade teórica é o do valor (no sentido da teoria econômica marxista): sob o capitalismo, o valor existe para determinar teoricamente, entre outras coisas, os preços de mercado (estes sim, com realidade empiricamente observável).

Compreendido o acima exposto, as categorias de "abstrato" e "concreto" se impõem para a continuidade e maior clareza da exposição. Tanto uma como outra são definidoras de dimensões do real, situando-se nestas as características das coisas, dos objetos de estudo. Logo, devemos nos questionar sobre *o que é uma dimensão.* Vejamos: quando a realidade é enfocada de um determinado ângulo, sem que com isso a sua totalidade ou os outros ângulos deixem de ser considerados, influenciando na própria observação do ângulo enfocada,⁹ fazemos o que se chama de uma análise dimensional (no caso das teorias sociais, entedemos mais conveniente utilizarmos o termo "dimensão" em lugar do de "ângulo", pelo relacionamento óbvio e indesejável deste último com as ditas ciências exatas).

Assim, *uma dimensão da realidade é "locus" de algumas características desta, sem anulação ou contradição em termos com as outras dimensões. Estas dimensões estão, ainda, numa determinada hierarquia, sendo o relacionamento destas dimensões hierarquizadas a totalidade social compreendida.*

Ao relacionarmos as duplas conceituais "essência/aparência" e "abstrato/concreto", seremos, certamente, *melhor compreendidos.* Com este intuito, relembramos que o primeiro contato com a realidade dá-se através da intuição e percepção, estimuladas pela aparência objetiva das coisas. Nesse contato, perceberemos algumas, e apenas algumas, das características ou propriedades da coisa enfocada. Mesmo que sejam poucas, estas propriedades não se explicam por si mesmas e, se queremos compreendê-las e a todas as outras que compõem a totalidade das coisas, devemos, então, empreender um processo de pesquisa que, partindo da aparência nos conduza até à essência, ou conjunto de propriedades não-perceptíveis. Neste processo lógico vamos encadeando as propriedades perceptíveis com as "invisíveis imediatamente" ou essenciais. Como resultado deste exame analítico, *obtemos não apenas os elementos formadores da realidade aparential, mas também apreendemos sua hierarquia lógica ou a "explicação causal da aparência".*

Logo, está implícito que só consideramos uma coisa *explicada* ou *compreendida* se sua gênese, evolução e aparência forem conjugadas num todo lógico

(8) Partimos do princípio que se todas as determinações de um objeto pudessem ser *percebidas*, a teoria seria supérflua (se fosse supérflua, nunca procuraríamos explicações para as coisas, como fazemos aqui e agora).

(9) Esta influência expressa-se na imposição de uma coerência teórica, entre o que deduzimos do estudo de um determinado ângulo e os outros ângulos, considerados separadamente ou em conjunto. É a imposição de uma não-contradição em termos.

de hierarquias definidas, no qual a essência redefine *teoricamente* a aparência subjetiva.

Dado que abstrato e concreto são dimensões da realidade e “locus” de características desta, podemos nos perguntar onde (em quais dimensões) se situam as características ou propriedades tanto da essência quanto da aparência.

A resposta não é fácil. Principalmente porque abstrato e concreto são categorias restritas ao pensamento (à teoria) e, embora a essência também o seja, *a aparência não o é*. Mesmo assim, achamos indiscutível a existência de um nível de relacionamento entre os dois pares considerados.

A dimensão abstrata ou aquela onde se localizam os elementos mais simples da coisa, entendemos corresponder à essência: *a antecedência lógica* transforma os elementos simples em determinantes teóricos, ou seja em *gênese ou origem da compreensão do objeto de estudo*. Por outro lado, à medida que, por dedução, complexizamos os elementos simples (o que se chama de “adição das determinações” — embora o termo adição não seja muito próprio), nos aproximamos da explicação da aparência; e quanto mais perto chegamos mais diminuímos o nível de abstração ou, o que é a mesma coisa, tornamos mais concreta a dimensão da observação.

Por este caminho, poderíamos facilmente incorrer no erro de considerarmos que a aparência situa-se no mais alto nível de concretude possível, o que não é verdade. Isto porque, como já ressaltamos, não entendemos a aparência como categoria do pensamento, mas sim como realidade não-teórica, não sendo, pois, identificável com uma realidade qualitativamente distinta, uma realidade teórica, como é o caso do concreto.

O concreto é uma construção *lógico-teórica* que, no seu mais alto nível, corresponde à uma dimensão da realidade extremamente complexa (diz-se que é a “síntese de múltiplas determinações”), onde se encontram em relação e hierarquizados os elementos ou propriedades da coisa, sendo, então, não-comparável com a própria coisa ou propriedades empiricamente apreensíveis da mesma. *Seria absurdo compararmos a coisa ou algumas de suas propriedades percebidas — logo, sem a intervenção do pensamento — com uma construção do pensamento!*

Mas a relação existe, e se expressa na *capacidade da construção do pensamento em seu mais alto nível (sua dimensão concreta) de desvendar os mistérios da aparência, desnudá-la, explicá-la, enfim: É a redifinição da percepção e da intuição, transmutando-se de conhecimento primário e espontâneo em conhecimento teórico, que permite-nos afirmar que o concreto explica a aparência e, conseqüentemente, está em relação/interação com esta.*

A relação é tão clara que podemos apreciá-la pela simples “duplicação” do conceito de concreto. Vejamos. Entendido de uma forma, o concreto seria uma categoria teórica, do pensamento (*concreto pensado*) e, de outra, como a coisa em si (*concreto em si*). Após esta duplicação, identificamos o *concreto em si* com o que até agora chamamos de *aparência*, e o *concreto pensado* com o que simplesmente chamamos de concreto.

Esta duplicação conceitual foi o procedimento que Marx entendeu o mais correto. Assim, em sua exposição do “Método da Economia Política”¹⁰ afirma

(10) Ver: MARX, K. e outros, Op. cit., p. 90.

que "O Concreto é concreto porque é a unidade do diverso. Aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, e não como ponto de partida (identifica-se, aqui, com nosso uso de "concreto" – MLM), embora seja o verdadeiro ponto de partida, e, portanto, também o ponto de partida da intuição e representação (o que chamamos de "aparência" – MLM)".

Logo a seguir, e ainda na mesma página, continua. "(...) o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é, para o pensamento, apenas a maneira de se apropriar do concreto, de o reproduzir na forma de *concreto pensado* (visto sob esta ótica é uma categoria do pensamento - MLM, e os grifos são nossos); porém, não é este, de modo algum, o processo de gêneses do *concreto em si* (aqui entendido como categoria não-teórica, ou empírico—MLM, e os grifos são nossos)".

Por conseguinte, para Marx existe uma dupla noção de concreto: seja como "síntese de múltiplas determinações", seja como "ponto de partida da intuição ou representação". Na primeira refere-se ao *concreto pensado*, como categoria do pensamento; identificando-se com a utilização do termo por nós empregado. No segundo, fala do concreto em si, identificando-se com o que consideramos a aparência ou, como ele diz, "o ponto de partida da intuição e representação".¹¹ Pode parecer, à primeira vista, que forçamos a identificação de nosso conceito de "aparência" com o de "concreto em si" de Marx. Na verdade, o "concreto em si" marxista é menos rico que a "aparência" como nós entendemos, pois desenvolve apenas seu estatuto objetivo. Por outro lado, ainda em Marx, encontramos um vazio teórico (que pretendemos em parte preencher) na relação concreto/aparência, ressaltado e explicitado pela constante aproximação conceitual entre essência e abstrato.

Após toda esta explicitação conceitual, podemos retornar à nossa questão mais próxima: qual é a *diferença substancial* entre o primeiro contato com a realidade social e o resultado final do esforço teórico?

Se o neoclassicismo trabalha sob o signo da aparência, através da lógica do empírico, podemos dizer que só examinam um (e apenas um) nível da realidade. A única atividade "teórica" que desenvolve é a de formação de conceitos através do processo de generalização; sistematizando-os em seguida numa "organização seqüencial de generalidades" que visa formar a realidade final da operação.

Se toda apropriação do real só pode iniciar-se pela aparência das coisas, e os neoclássicos apenas generalizam as características aparentiais, a realidade a que chegam ou a "apropriação" que engendram, situa-se, necessariamente, em nível idêntico ao do início.

Assim, e respondendo ao nosso primeiro questionamento, podemos afirmar que não encontramos, nos neoclássicos, *nenhuma diferença substancial* entre os diversos pontos do trajeto do conhecimento; a realidade é, assim, nivelada.¹²

(11) Dissemos antes, sobre a aparência, que esta é o ponto de partida do que o pesquisador percebe e intui com referência aos objetos de estudo.

(12) Não dizemos "uni-dimensionalizada" simplesmente porque as dimensões dizem respeito à *construções da realidade hierarquizadas pelo pensamento*. Na formulação neoclássica não existe hierarquias, mas composições em um mesmo grau ou nível do pensamento.

No âmbito do Marxismo, por outro lado, embora a pesquisa também tenha a aparência como ponto de partida, o ponto de chegada diferencia-se daquele de duas maneiras: 1) por ser realidade do pensamento e 2) por apresentar uma explicação causal (hierarquizada) da aparência.

É por entender a dinâmica social como forma única de existência da sociedade e o papel dos conceitos como propriedade do pensamento *reflexivas* do social (sendo, pois, também dinâmico), que se impõe um processo de análise (abstração) para captar a essência dos fenômenos e, só assim, compreendê-los.

Conseqüentemente, o "caminho" que vai da aparência para a essência caracteriza a *apreensão* da vida dos conceitos; de sua gênese fenomênica à sua realidade essencial. Ao contrário, o "caminho" da essência para a aparência — que *compreende* (no sentido de ser mais abrangente) a passagem do abstrato para o concreto — caracteriza a *exposição* dos conceitos desde sua gênese *lógica*, passando pela complexidade teórica máxima, até a recuperação da aparência pelo pensamento: *sua explicação causal*.

A riqueza do método marxista também pode ser vista como um processo de criação e descoberta: verifica-se ali uma espécie de *fecundação teórica*, que extrapola o objeto de estudo em sentido restrito, seja pelo processo de descoberta da *gênese das categorias*, seja pela *tendência evolutiva* derivada.

No momento, consideramos que as diferenças substanciais que nos propomos demonstrar estão suficientemente esclarecidas. Vejamos, agora, mais de perto, o que considera-se abstração, segundo o ponto de vista das duas escolas que nos importam.

II — O QUE É ABSTRAÇÃO

Abstração é um termo que popularizou-se pelas várias conotações em que é empregado. A mais vulgar destas, entende o termo como sinônimo de "coisa Inexistente". Uma outra interpretação é a advinda do estudo de uma coisa prescindindo de um conjunto de elementos que a compõe, e que "por ora devem ser deixados de lado" ou abstraídos. Nesta, imagina-se uma coisa pura e que pouco a pouco, perdendo sua pureza, aproxima-se da realidade: chama-se a isto de processo de "aproximações sucessivas" à realidade.

Esta conotação última ajusta-se à abstração neoclássica nas análises da sociedade e assemelha-se à forma de estudo das ciências exatas: "Nas palavras de Jevons, 'à Teoria Econômica (...) sugere uma estreita analogia com a ciência da Mecânica Estática, e verifica-se que as leis de troca se assemelham a leis de equilíbrio de uma alavanca (...)'. Este exemplo de comparação da Física com a Economia é apenas um entre vários outros encontrados tanto em Jevons quanto na maioria dos autores neoclássicos mais importantes".¹³

A coisa *pura* é o modelo ou idealização do objeto: o pesquisador retira do funcionamento da sociedade tudo que pode complicar a sua compreensão, de acordo com a ajuda do instrumental analítico que dispõe. Esta sociedade amputada passa a ser o núcleo ou referência obrigatória de todas as adições ou

(13) HAGGE, W. "De Docta Ignorantia". In: *Revista de Economia Política*. São Paulo, Brasiliense, Jan-Mar/1987, p. 124.

agregações de complicadores, até alcançar-se "as coisas como elas são". Um exemplo clássico é o caso da *concorrência perfeita*. Este tipo de concorrência nunca existiu historicamente e, teoricamente, só pode ser estudada se negarmos algumas características do funcionamento do capitalismo, quais sejam: 1) desemprego crônico; 2) crises cíclicas; 3) desequilíbrios estruturais e 4) desinformações e desconhecimentos de qualquer espécie por parte dos atores sociais, entre outras.

Em outras palavras, temos que *negar* por um instante a existência da complexidade do real para podermos estudá-lo. A perfeição da concorrência impõe um capitalismo sem desemprego crônico, o que nunca existiu; crises cíclicas, que sempre estiveram presentes e equilíbrios que são automaticamente estabelecidos. Segundo Rowthorn, "encara-se o desemprego, as crises, o desenvolvimento desigual e outros aspectos similares do sistema como desvios do 'equilíbrio' (...) e, para efeito de análise, restringe-se a sua existência à ocorrência de 'fricções' ou 'imperfeições', como, por exemplo, os monopólios ou a informação imperfeita. (...) Daqui até concluir que eles podem ser eliminados pela *introdução de maior concorrência* (grifo—MLM), melhor informação ou outro remendo destinado a remover as imperfeições de um mecanismo essencialmente perfeito, vai um curto passo."¹⁴

No entanto, o que nos importa salientar é a *contradição em termos* existente entre a informação de modelos e a realidade, e não a validade das conclusões a que se chega por esta via. Não estamos aqui avaliando a concepção neoclássica da sociedade, no sentido desta ser certa ou errada. As valorações são deixadas de lado, sendo nossa *opinião*, no caso, irrelevante.

Já para o marxismo, a abstração se faz sem esta contradição em termos, não se apresentando, pois, este problema metodológico. Quando aparentemente se simplifica a realidade, de fato está-se tratando *em separado* de um, de uma ou algumas de suas características. Estas características (nas suas dimensões próprias) em nenhum momento podem negar as características situadas em outras dimensões; a validade de cada afirmação, analítica ou dedutivamente forjada, não pode invalidar afirmações já feitas ou a serem feitas.

Visto sobre outro prisma, *o processo de abstração marxista impede que, implicitamente, no estudo de uma específica dimensão, todas as outras não sejam simultaneamente consideradas.*

Para muitos estudiosos, quando Marx disserta sobre a circulação simples de mercadorias, implicando no processo "mercadoria-dinheiro-mercadoria (M-D-M), localizar-se (a historicamente numa sociedade mercantil distinta do capitalismo. Não é nenhuma novidade que os produtos do capital ao chegarem no mercado *não* se distinguem dos produtos do camponês ou do artesão. Não existe selo de propriedade ou etiqueta que distinga os tomates produzidos sob relações de produção distintas. Por isso, o tomate se apresenta como, e apenas como, uma *mercadoria*, e o proprietário desta como *vendedor*. Por sua parte, o dinheiro também não aparece de "coleira", e o seu proprietário representa apenas o *comprador*.

É assim que, na circulação, não se pode distinguir o capital-mercadoria da

(14) ROWTHORN, B. Op. cit., p. 26.

mercadoria do compondês, ou o capital-dinheiro do dinheiro do assalariado. Esta é uma dimensão do real, uma forma de vida do capita: na troca, a relação que se estabelece entre proprietários de mercadorias é a existente entre *comprador* e *vendedor*, mesmo que, fora da circulação, noutra dimensão da realidade, estes vendedores sejam, por exemplo, capitalistas e os compradores, assalariados ou, quem sabe, também capitalistas.¹⁵

Conseqüente com este processo, não existem *adições* de características para se chegar à níveis explicativos mais próximos da realidade objetiva. O que verifica-se é o relacionamento estratificado e hierarquizado das dimensões: se é verdade que a circulação do capital está mais próxima da realidade objetiva do capitalismo do que a circulação simples de mercadorias, *isto se dá por aquela englobar esta*. A circulação do capital é determinada, lógica e teoricamente, pela circulação simples de mercadorias, ficando patente a estratificação e hierarquização das dimensões.

Voltando aos neoclássicos, vemos que, se a concorrência imperfeita está mais próxima da realidade objetiva do que a concorrência perfeita, isto se dá porque adiciona-se a esta, por exemplo, um conjunto de barreiras (tecnológicas, jurídicas e financeiras) dificultando a livre e perfeita mobilidade do capital. Logo, fica evidente a adição ou superposição de características, como também a contradição em termos existentes entre uma circulação sem entraves que é, *ao mesmo tempo*, repleta de barreiras! Lembremo-nos, por oposição, que a circulação do capital é, *ao mesmo tempo*, circulação simples de mercadorias.

De uma maneira sintética, podemos dizer que os neoclássicos *idealizam* a realidade e depois, passo a passo, vão compô-la. *Formam* a realidade a partir de um modelo que *não tem vida própria em separado*, pois, da realidade, pouco ou nada representa e, o que é mais grave metodologicamente, *contrapõe-se a esta*.

Os marxistas, por sua vez, não formam a realidade. eles dela se *apropriam*, mostrando a vida *inerente* a cada uma de suas facetas ou dimensões, sem que as conclusões a um nível abstracional dado (dimensão) neguem¹⁶ as de outros.

III – DERIVAÇÕES E EXEMPLOS

O que apresentamos aqui são algumas derivações (sob a forma de exemplos) necessárias do que já foi exposto; tento no que se refere à elaboração da conformação da teoria quanto à sua aplicabilidade ou política econômico-social.

Os neoclássicos

Se lembrarmos que a explicação metodológica da realidade, segundo os

(15) Esta última possibilidade Marx contempla na circulação do Capital, cuja forma é D-M-D'. Não nos esqueçamos, porém, que esta última *engloba* a primeira. Verificamos isto, esquematicamente, simplesmente, combinando a seqüência: D-(M-D-M-)-D'.

(16) É útil lembrar que, segundo os marxistas, a *direção* dos movimentos (teóricos ou históricos) está de acordo com uma das leis mais importantes da dialética, qual seja, a da *negação da negação*; trata-se de um redefinir constante das situações dadas e que pouco tem em comum com a negação pura e simples destas citações.

neoclássicos, se dá por *adição* de características a um modelo pré-determinado e derivado da *amputação* de "elementos complicadores", fica fácil deduzir que, para eles, 1) o elemento determina a totalidade; 2) o indivíduo determina a sociedade; 3) os homens são todos iguais e 4) as instituições ou organismos sociais são supérfluos.

O Elemento determina a totalidade

Um dos pontos mais relevantes da Teoria Econômica neoclássica é a elaboração da "curva teórica de demanda de mercado". Para tal, aceita-se que cada consumidor tenha a magnitude do seu consumo de uma dada mercadoria em relação indireta com os preços desta. Isto posto, somam-se horizontalmente as curvas de demanda de todos os consumidores, encontrando, então, a curva de demanda teórica de mercado. Logo, o *elemento-consumidor determina a totalidade-mercado*.

O Indivíduo determina a sociedade

Com base na exemplificação anterior, chamamos a atenção para o que deu origem ao mercado. Em outras palavras, o mercado não é "explicado" (pois é apenas adição), mas sim o indivíduo-consumidor. Assim, a ligação econômica da sociedade mercantil, ou sua determinação econômica, é fornecida apenas pelas características do indivíduo-econômico, este sim, estudado. Em termos lógicos, então, o *indivíduo determina a sociedade*.

Os Homens são todos iguais

É um fato de conhecimento generalizado, que apenas podemos somar coisas de alguma forma idêntica. Logo, se o consumidor determina o mercado (por adição), é elementar concluirmos pela igualdade de todos os Homens; ao menos no que têm de "Honus Economicus".

Este é o fundamento da concepção de Estado neutro, representante de todos os homens (do povo), pois não existem, aqui, classes sociais.

As Instituições sociais são supérfluas

Ao considerar a adição como método, faz-se outra suposição: as unidades somadas são independentes uma das outras. Isto é necessário, porque, caso contrário, o todo poderia ser diferente da soma das partes.

Podemos observar esta característica de independência na conformação da curva da demanda teórica. A análise que ali se faz é apenas a do indivíduo (isolado dos outros e da sociedade) para, em seguida, agregá-los. Fica evidente que os indivíduos não se relacionam e, portanto, não se influenciam reciprocamente.

Sendo assim, *uma instituição social, como os sindicatos, só pode ser supérflua, pois a sua força é idêntica ao somatório das forças individuais*. Esta análise pode ser estendida para o Estado, entendido como um conjunto de instituições.

Para esta corrente de pensamento, a realidade está presente e sempre coerente nas suas diversas dimensões. Isto se traduz, como vimos, na forma metodológica da explicação da realidade, baseada na relação e estratificação hierarquizada de dimensões, a qual fornece os elos de uma determinação lógico-causal da aparência.

A presença constante do *conjunto* das dimensões no seio da pesquisa, implica, necessariamente, em 1) determinação dos elementos pela totalidade; 2) determinação do indivíduo pela sociedade; 3) possibilidade de desigualdade entre os homens e 4) relevância das instituições sociais.

Determinação do elemento pela totalidade

A *onipresença* da realidade (totalidade) implica que, quando da análise do elemento, aquela esteja *subjacente*. Assim posto, o elemento é um átomo da totalidade, existindo apenas como engrenagem de uma máquina, e sendo, pois, *sobre-determinado pelo funcionamento do conjunto*.

Determinação do indivíduo pela sociedade

A única diferença em relação ao caso anterior, está no reconhecimento das especificidades do indivíduo, do ser consciente e inteligente. Embora seja fruto da sociedade, é elemento ativo e sujeito das transformações do próprio meio social. O fato de ser *sujeito* não se deduz diretamente de sua inserção social ou de sua conformação social. É necessário adotarmos o ponto de vista dialético que afirma a inexistência de ação sem reação, de ataque sem defesa, de passivo sem ativo, etc. Estes são exemplos de uma lei que já enunciamos, e que traduz a luta e unidade dos contrários como única forma de dinâmica, movimento ou transformação.

A desigualdade entre os homens

Apenas uma *potencialidade* de desigualdade pode-se afirmar. Se o todo determina as partes ou a sociedade o indivíduo, não há por que supor que indivíduos não se relacionem e se auto-influenciem. *A possibilidade das desigualdades, através do agrupamento de indivíduos com interesses assemelhados está sempre presente.*

A relevância das instituições sociais

Na medida em que a sociedade determina o indivíduo (não importando se este retroage, ou não, sobre o meio social), esta se afirma como algo distinto de seus componentes. Não podemos, pois, nos surpreender com a aceitação dos sindicatos, partidos, etc., como forças superiores às dos indivíduos que os compõem, considerados em separado.

Devemos, mais uma vez, salientar que não nos interessa a discussão sobre o valor interpretativo das correntes de pensamento abordadas (se mais não fosse porque o consideramos como um problema de opinião). Nosso objetivo é apresentar os dois métodos em suas discordâncias, assim como discutir a *coerência* da teoria e da prática forjadas sob específicos pressupostos filosóficos.

Independentemente do que pensamos sobre a teoria neoclássica, observamos uma profunda incoerência na prática política de seus adeptos quando, por exemplo, se opõem à pressão salarial efetuada pelos sindicatos e à regulação econômica pelo Estado. Segundo os pressupostos que norteiam sua teoria, os sindicatos e o Estado não poderiam ter mais poder do que a soma das partes que os compõem; os sindicatos *em nada* poderiam prejudicar o "equilíbrio econômico". Da mesma forma deveria ocorrer em relação ao Estado.

De nada adianta dizer que as instituições causam apenas problemas *temporários* ou simplesmente "*friccionais*", pois segundo a determinação da sociedade pelos indivíduos (pressuposto amplo da teoria neoclássica), estes são todos iguais e não mantêm relacionamentos, inexistindo, então, influências recíprocas e, conseqüentemente, uma sociedade diferente da soma dos indivíduos que a compõe; portanto, fazem-se *inócuas* as organizações de *qualquer* espécie.

Da mesma forma, verificamos uma incoerência entre a afirmação da igualdade econômica de todos os homens e a propriedade por uns poucos dos meios de produção. É vazio afirmar, e sustentar teoricamente, que os meios de produção são alugados, pois, inevitavelmente, surge a pergunta: alugados de quem?¹⁷

Com relação ao pensamento marxista, não vemos incoerências propriamente ditas, mas sim extrapolações indevidas. Dada a complexidade do marxismo, várias leituras e interpretações são possíveis (o que não ocorre com o neoclassicismo), sendo possível, também, exageros e omissões.

Sobre a teoria do valor, por exemplo, vários autores sustentam que os produtos podem ser trocados porque possuem "algo em comum" (acreditamos inegável esta parte da explicação) e que esse "algo em comum" *só pode ser* o trabalho humano; é aqui que começa o problema. Poderíamos dizer, com os neoclássicos, que o algo em comum é a "utilidade" e, neste contexto, ninguém poderia nos contradizer. Afirmar e "bater pé" sobre este ponto, é o que consideramos um exagero.

Toda a argumentação sobre o trabalho humano como "única identificação" entre os produtos *baseia-se nos pressupostos do marxismo*. Um deles é a *historicidade das formas de produção* e, conseqüentemente, das características dos produtos destas formas. Ao aceitar-se que a utilidade é a coisa em comum, está-se praticando uma teoria do "valor" a-histórica, já que a utilidade se manifesta em todos os produtos de todas as formas de produção conhecidas, desde as mais primitivas até hoje. Por isto, passa a ser um *dado* e desconsiderada (na *essência* da teoria do valor) como um objeto de análise. Logo, *somente a coerência com um pressuposto* pode fundamentar a afirmação do trabalho humano (abstrato) como substância do valor ou "coisa em comum".

17) Este ponto é desenvolvido em SALAMA, P. Op. cit., pp. 126-128.

Ainda sob o signo dos exageros, percebemos a impropriedade de vários pesquisadores ao quererem impor a existência de "classes sociais" como coisa *óbvia*. Também aqui, esta existência tem a possibilidade de ser "*óbvia*" apenas se partilharmos do *pressuposto* da determinação do indivíduo pela sociedade (como vimos acima).

Entre as "omissões mais generalizadas, vamos apenas enumerar algumas, sem desenvolvê-las: 1) as transformações por que passa o proletariado e a relação destas com o papel revolucionário, 2) as especificidades do indivíduo (de certa forma reclamamos o desenvolvimento de uma psicologia marxista) e 3) o papel ativo do Homem na transformação social (a visão soviética do marxismo pode ser responsabilizada, em parte, por este descaso. Não esqueçamos, porém, e apesar do soviétismo, as grandes contribuições de Lenin e, principalmente, de Gramsci).

FINALIZAÇÃO

Na finalização deste trabalho introdutório à confrontação metodológica entre neoclássicos e marxistas, vamos chamar atenção para mais algumas oposições gerais entre estas duas correntes e tentar demonstrar a justeza de nomearmos de "idealismo funcionalista" e de "materialismo dialético" as fundamentações filosóficas dos dois métodos, respectivamente.

O neoclassicismo, ao "endeuzar" o indivíduo (veja-se a "soberania do consumidor", por exemplo), abraça e adota o *subjetivismo e o voluntarismo* como expressão da compreensão e da dinâmica social: sendo dado que não é o meio que determina o indivíduo, sua vontade não é condicionada ou restringida por nenhum corpo estranho à sua própria figura (uma exceção é aquela que relewa Deus e o destino como formadores da vontade). Logo sua vontade é soberana, podendo, se quiser e em quaisquer circunstâncias, mudar o mundo.

Assim, a *história social passa a ser reflexiva da história* dos indivíduos¹⁸ e, como num filme, são as imagens da realidade que se expressam na realidade exterior, objetivando-se. *Isto nada mais representa do que a concepção idealista da sociedade*, na qual o psicólogo é o observador *privilegiado* da História.

Lembremo-nos, porém, que mesmo neste contexto a História objetiva continua a fluir e a ter existência própria, sendo, no entanto, *expressão do movimento das idéias*.

No outro extremo, encontramos o "endeusamento" do meio ou a total passividade do indivíduo face ao meio social: o indivíduo, sem capacidade de pensar o mundo, é criatura deste — é a concepção materialista vulgar da sociedade.

O marxismo não avaliza esta última concepção. Se o meio *determina* o indivíduo, isto não implica na passividade deste, ao contrário. Implica na possibilidade de reação deste frente a um mundo que procura conformá-lo: o indivíduo, como criador da *História social*, embora limitado por um conjunto de situações objetivas, enquadra-se na concepção *materialista não-vulgar ou dialética*, assumida pelo marxismo.

(18) Não é mero acaso que a História, para a pensamento burguês, em geral, seja uma sucessão de "grandes feitos" (guerras, descobertas, etc.) por "grandes homens" (Luiz XIV, D. Pedro II, etc.).

Para concluir, deve-se observar que partimos do *funcionalismo* neoclássico, expresso na lógica do empírico, e chegamos ao *idealismo*, afirmado na concepção da história. Nas observações sobre o marxismo, partimos da *dialética*, expressa na contradição entre essência e aparência, e chegamos ao *materialismo*, afirmado pela prioridade do meio sobre o indivíduo.

Tudo nos leva a crer que a lógica interna de nossa exposição tenha aqui sua corroboração: o que não implica num julgamento de valor sobre a superioridade de uma teoria sobre a outra. Por outro lado, não nos pretendemos imparciais, pois a escolha do objeto de estudo e do instrumento analítico utilizado "conduzem" a pesquisa, tornando-a *política*.

Como em todas as pesquisas, principalmente as de cunho social, esta também é *material de reflexão "tendencioso"*, do início ao fim.

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS

SUMÁRIO

ARTIGOS

- Octavio Ianni:** Formas sociais da terra 5
- José Grabois & Maria J. N. Aguiar:** A cultura do fumo aromático no Semi-Árido da Paraíba e Rio Grande do Norte 19
- Nilson Araújo de Souza:** A catástrofe que nos ameaça e como combatê-la 39
- Paulo Henrique N. Martins:** A propósito de uma política regional de "desenvolvimento"; o caso do Nordeste 69
- Paulo Nakatani:** A "Nova Economia Pública" ou a agonia delirante do neoclassicismo 79
- Xavier F. Totti:** Os grupos domésticos nas comunidades de ocupação espontânea na América Latina 95
- Josefa Salete B. Cavalcanti:** Origem do homem branco: o problema do contato no sistema tribal 109
- Jurandir Antônio Xavier:** Um pouco mais além das alternativas tecnológicas 127
- Iolanda Casagrande:** O trabalhador rural volante ("bóia-fria") 137

NOTAS, COMENTÁRIOS E INFORMAÇÕES

- Hugues Lamarche:** Balanço e reflexões teóricas de 20 anos de pesquisas sobre o meio rural francês 149
- Elbio Troccoli Pakman:** A essência e o papel do planejamento na sociedade capitalista 159
- Mauro G. P. Koury:** Breve história do movimento camponês no Nordeste 167
- Josemir Camilo:** A ideologia da "New Economic History" 177
- Reinaldo A. Carcanholo:** O 5.º Congresso Brasileiro de Economistas, rejeição da atual política econômica 183